REVISTA DO MUSEU PAULISTA

NOVA SÉRIE
VOLUME XXIII

SÃO PAULO
1976

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

RELAÇÕES INTERINDIVIDUAIS ENTRE OS KAYAPÓ-GOROTÍRE

Edson Soares Diniz (*)

(*) Professor de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).

SUMMARY

The *Gorotíre* are a ramification of the Northern Kayapó that are part of the Northern Jê. In the year of 1936 in consequence of internal problems this tribe was bifurcated in two subtribes *Djudjê-tuk-tí* and *Kubén-Kran-Kegn*. The *Djudjê-tuk-tí*, now known as *Gorotíre*, are localized at the Indian Post Gorotíre close to the banks of the Fresco River, an afluent of the Xingu River, in the south of the State of Pará, Brazil. The contact of the *Djudjê-tuk-tí*, with brazilian frontiermen dates back to the year of 1937.

The aim of this paper is to describe some aspects related with social organization and their functions nowadays after many years after the contact with the civilized people, which are leading to the disruption of the traditional patterns. The focus is the interindividuals relations in the Indian Post Gorotíre that was joined by people from other Kayapó subtribes and for this, new arragements were done between the remanescents of the *Djudjê-tuk-tí* and the other elements Kayapó (*Xikrin, Kubén-Kran-Kegn and Kubén-Kragnotíre*) that interact with them.

The ethnographic data were collected in 1961 (may) and 1962 (march-april).

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

RELAÇÕES INTERINDIVIDUAIS ENTRE OS KAYAPÓ-GOROTÍRE

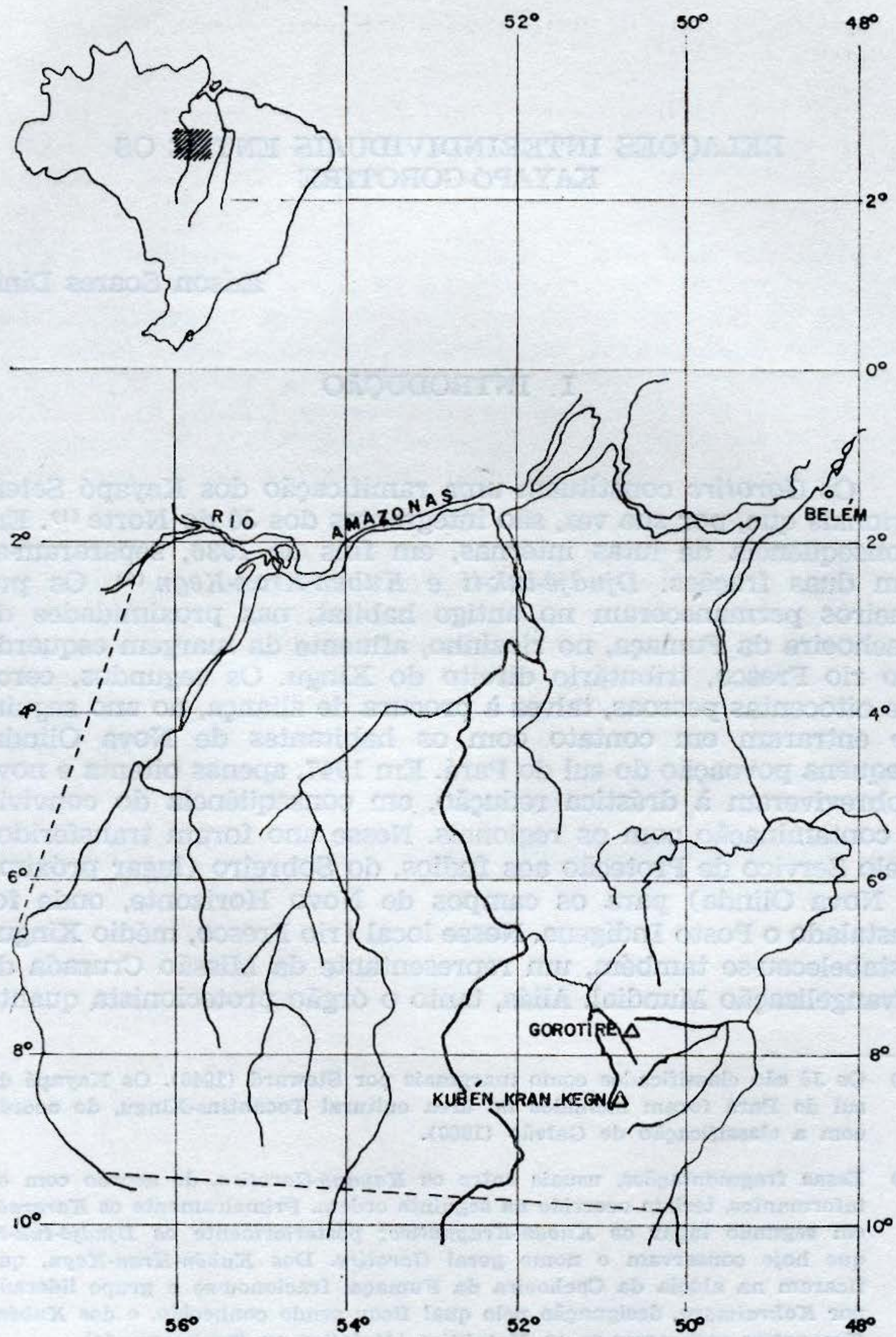
Edson Soares Diniz

I. INTRODUÇÃO

Os *Gorotíre* constituem uma ramificação dos Kayapó Setentrionais que, por sua vez, são integrantes dos Jê do Norte (1). Em conseqüência de lutas internas, em fins de 1936, separaram-se em duas frações: *Djudjê-tuk-tí e Kubén-Kran-Kegn* (2). Os primeiros permaneceram no antigo habitat, nas proximidades da cachoeira da Fumaça, no riozinho, afluente da margem esquerda do rio Fresco, tributário direito do Xingu. Os segundos, cerca de oitocentas pessoas, talvez à procura de aliança, no ano seguinte entraram em contato com os habitantes de Nova Olinda, pequena povoação do sul do Pará. Em 1947, apenas oitenta e nove sobreviveram à drástica redução, em conseqüência do convívio e contaminação com os regionais. Nesse ano foram transferidos pelo Serviço de Proteção aos Índios, do Sobreiro (lugar próximo à Nova Olinda) para os campos de Novo Horizonte, onde foi instalado o Posto Indígena. Nesse local (rio Fresco, médio Xingu) estabeleceu-se também, um representante da Missão Cruzada de Evangelização Mundial. Aliás, tanto o órgão protecionista quanto

(1) Os Jê são classificados como marginais por Steward (1946). Os Kayapó do sul do Pará foram incluídos na área cultural Tocantins-Xingu, de acordo com a classificação de Galvão (1960).

(2) Essas fragmentações, usuais entre os *Kayapó-Gorotíre*, de acordo com os informantes, teriam ocorrido na seguinte ordem. Primeiramente os *Kararaô;* em segundo lugar os *Kubén-Kragnotíre;* posteriormente os *Djudjê-tuk-tí*, que hoje conservam o nome geral *Gorotíre*. Dos *Kubén-Kran-Kegn*, que ficaram na aldeia da Cachoeira da Fumaça, fracionou-se o grupo liderado por *Kokraimôro*, designação pelo qual ficou sendo conhecido, e dos *Kubén-Kragnotíre* separaram-se os *Metuktíre* (*Metotíre* ou *Txukarramãe*).


52°
50°
48°
2°
0°
2°
4°
6°
8°
10°
RIO
AMAZONAS
BELÉM
GOROTIRE
KUBÉN_KRAN_KEGN
56°
54°
52°
50°
48°

a Missão, já atuavam junto a esses indígenas [3] desde 1937 e 1938 respectivamente [4].

Neste trabalho procuraremos mostrar a ocorrência de determinadas relações interindividuais e arranjos organizatórios entre os remanescentes dos *Djudjê-tuk-tí* [5] e os demais indivíduos *Kayapó* (*Kubén-Kran-Kegn, Xikrin* e *Kubén-Kragnotíre*) que com eles interagem no Posto Indígena Gorotíre [6].

II. POSTO INDÍGENA

Como já foi mencionado o atual P. I. Gorotíre foi instalado em 1947, sendo diretamente subordinado à 2ª Inspetoria do então Serviço de Proteção aos Índios (atual 2ª Delegacia da FUNAI), sediada em Belém do Pará. Na época da pesquisa (Cf. nota nº 6) o aldeamento era constituído de um arruado (duas linhas paralelas de casas) e duas outras ramificações também paralelas, porém mais estreitas e perpendiculares àquele [7]. A construção das casas obedecia o padrão regional, barreadas, teto de duas águas, chão batido e cobertas com palha de inajá. Muitas delas tinham divisões, janelas ou simulacros, e mais de uma porta. O casario era constituído pela Sede do P. I., duas residências de funcionários do Posto, a Missão Protestante (duas casas de morada e uma de oração), a capela católica e trinta e dois grupos domésticos indí-

---

(3) Segundo Ribeiro (1957:35), "Indígena é, no Brasil de hoje, essencialmente aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, em suas diversas variantes motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana. Ou ainda mais amplamente: índio é todo indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade de origem pré-colombiana que se identifica etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contacto".

(4) Cf. NIMUENDAJÚ, 1952; MOREIRA NETO, 1959.

(5) *Djudjê-tuk-tí* (arco preto grande) era a autodenominação da metade dos homens que separou-se da tribo *Gorotíre* em 1936 e que passou a ser conhecida através deste nome. Empregamos ambos os termos neste trabalho.

(6) Parte do material aqui apresentado já foi descrito anteriormente e baseia-se em pesquisa de campo realizada em 1961 e 1962 (Cf. DINIZ, 1962 e 1963). Os termos na língua indígena estão grifados.

(7) Os aldeamentos tradicionais tinham forma circular e abrigos residenciais constituíam padrão tribal (Cf. BANNER, 1961).

genas. A cerca de um quilômetro de distância ficava a roça do Posto, junto da qual localizava-se a habitação dos trabalhadores "civilizados", braçais contratados pelo órgão protetor.

A estação telegráfica contactava todas as manhãs com a direção da 2ª Inspetoria, dando e recebendo comunicados. O Correio Aéreo Nacional (CAN) mantinha viagens semanais, atingindo o Posto Indígena Nilo Peçanha, constituído pela aldeia dos *Kubén-Kran-Kegn* (8) e, às vezes, o P. I. Las Casas, onde residiam uns poucos *Xikrin*. Em fins de abril de 1962 a população indígena do P. I. era constituída de 227 pessoas, sendo 118 do sexo masculino e 109 do sexo feminino (9). Além delas havia 30 "cristãos" ou "civilizados", entre funcionários, missionários protestantes e mais os familiares de uns e de outros. O aumento demográfico verificado deveu-se não só ao crescimento vegetativo mas, também, à chegada de elementos de outros grupos locais *Kayapó* (10), especificamente *Kubén-Kran-Kegn*, *Xikrin* e *Kubén-Kragnotíre*. Em setembro do mesmo ano, os *Kayapó* do P. I. Gorotíre já atingiam cerca de 250 (11).

III. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Entre os *Kayapó* a residência pós-marital é na casa dos pais da mulher, de modo permanente. A residência foi considerada como matrilineal por Lowie (12) e com tendência patrilineal por Dreyfus (13). De fato, embora tenha características unilineais, in-

---

(8) Este grupo tribal foi pacificado em 1952, por uma turma volante do antigo Serviço de Proteção aos Índios, sob a chefia do Inspetor Cícero Cavalcanti. Por um equívoco tipográfico, em trabalho anterior essa data saiu adulterada para 1962 (Cf. DINIZ E DINIZ, 1973).

(9) Os Gorotíre em 1947 estavam reduzidos a 89 sobreviventes (MOREIRA NETO, 1959:51); em 1952 totalizavam 153 indivíduos (RIBEIRO, 1956:21) e em 1954 eram 150 (MÉTRAUX e DREYFUS-ROCHE, 1958:363).

(10) Indivíduos *Kubén-Kran-Kegn*, *Xikrin* e *Kubén-Kragnotíre*, mudaram-se para o Posto Indígena Gorotíre, com aquiescência do Serviço de Proteção aos Índios, através de viagens do Correio Aéreo Nacional (CAN). Estes indígenas imigrados, em fins de abril de 1962, totalizavam 99 indivíduos, sendo 54 do sexo masculino e 45 do sexo feminino.

(11) Cf. DINIZ, 1963.

(12) Cf. LOWIE, 1946: 490-492.

(13) Cf. DREYFUS, 1963: 97.

clusive com terminologia de parentesco do tipo Omaha [14], não é enfatizada nem a linha paterna e nem a materna. A monogamia é regra geral. Primos cruzados e paralelos não devem unir-se maritalmente. O casamento formal ocorre quando as noivas são ainda impúberes. Na sociedade *Kayapó* uma das tradições é o mutismo e evitação entre genro e sogra, cunhado e cunhada. São proibidos não somente os casamentos entre parentes cognatos e afins, mas também entre aqueles que mantém relações de "compadrio" [15]

A nominação é de grande importância para o contexto tribal como um todo. O indivíduo pode ter até doze nomes, incluindo os "grandes" (*id-rúin*) e os "pequenos" (*id-kakrit*) [16]. Um menino recebe nomes de indivíduos da categoria de parentesco *nhin-nguêt* que inclui o irmão da mãe, o pai do pai e o pai da mãe. Uma menina é nominada pelas pessoas da categoria de parentes *kuatúi*, na qual estão incluídas a irmã do pai, a mãe da mãe e a mãe do pai. Excepcionalmente este padrão é modificado. Assim, por exemplo, uma mulher deu seu nome para o filho de um homem, cuja mãe havia nominado aquela (ver diagrama nº 1).

A chefia de cada grupo local é dupla. Cada um dos chefes (*men ben iadiùru*) dirige uma "turma" (*men opein*) [17] de homens casados e solteiros. Essas "turmas" têm funções predominantemente econômicas mas, no passado, é possível que as lutas intertribais e as correrias entre os seringueiros fossem também suas tarefas. A ascensão à chefia dos Gorotíre, depois de 1937, tem dependido de lideranças individuais e do apoio de parentelas, endossadas pelo órgão protetor. Os mecanismos tradicionais não foram suficientemente esclarecidos embora, do

---

(14) Cf. MURDOCK, 1949.

(15) Para a "relação de compadrio" possuem os seguintes termos: *Kró*, usado de homem para homem, ao qual é acrescentado o sufixo re quando é um adulto para um menino; *Kròm-nguêt*, chama a mulher para o homem e este para aquela; *Kròm*, emprega a mulher para outra, ao qual adiciona o sufixo re, quando uma adulta fala com uma menina; *Kròmdjùo*, parece ser o termo geral. "Compadre" é o termo em português que corresponde ao termo Kayapó *kró* ou *kròm*, cujo relacionamento é de caráter hereditário, sendo transmitido patrilinealmente. Enquanto que o "compadre" de homem também será de seus filhos de ambos os sexos, os filhos de uma mulher não são mais "compadres" do seu *kròm-nguêt* (Cf. DINIZ, 1962) (Ver diagrama nº 2).

(16) Cf. DINIZ, 1962.

(17) Os *Gorotíre* empregam o termo "turma", em português, para cada uma das metades dos homens liderados pelos dois chefes ou "capitães".

NOMINAÇÃO

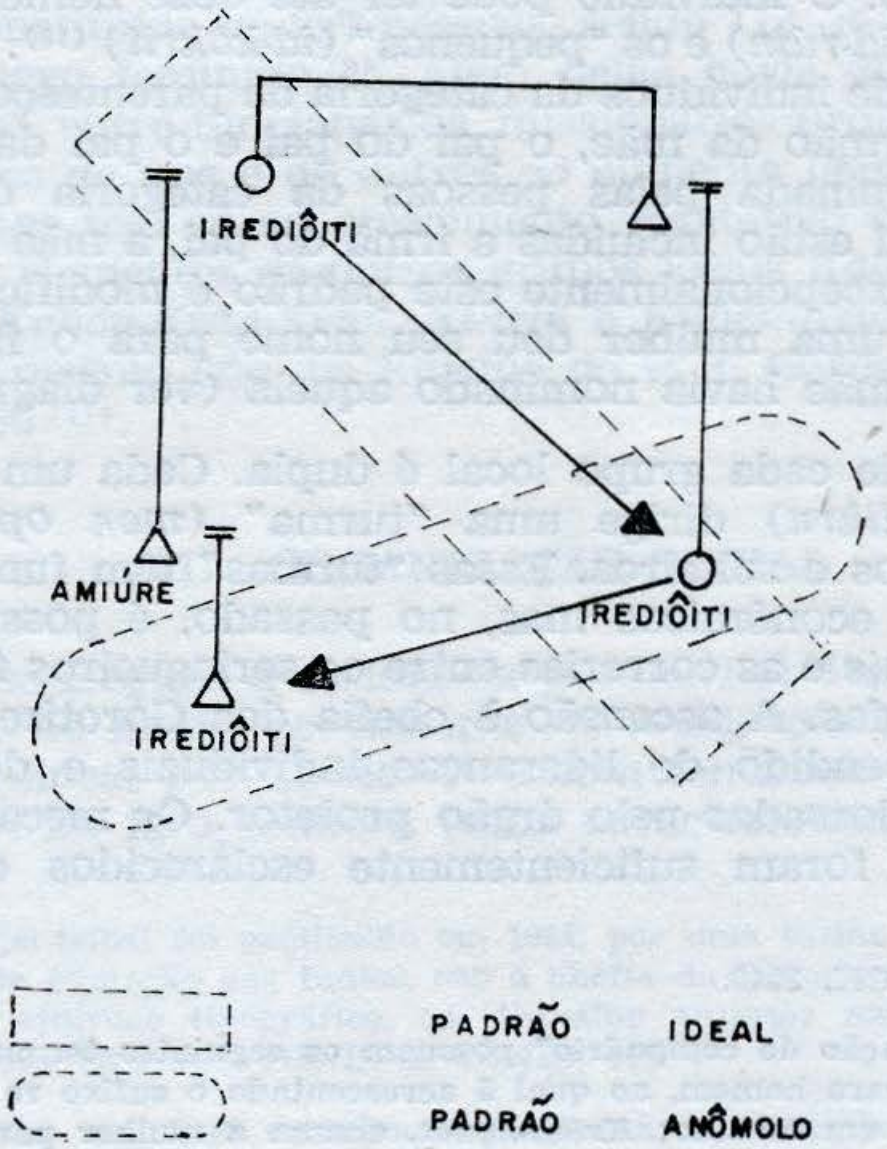
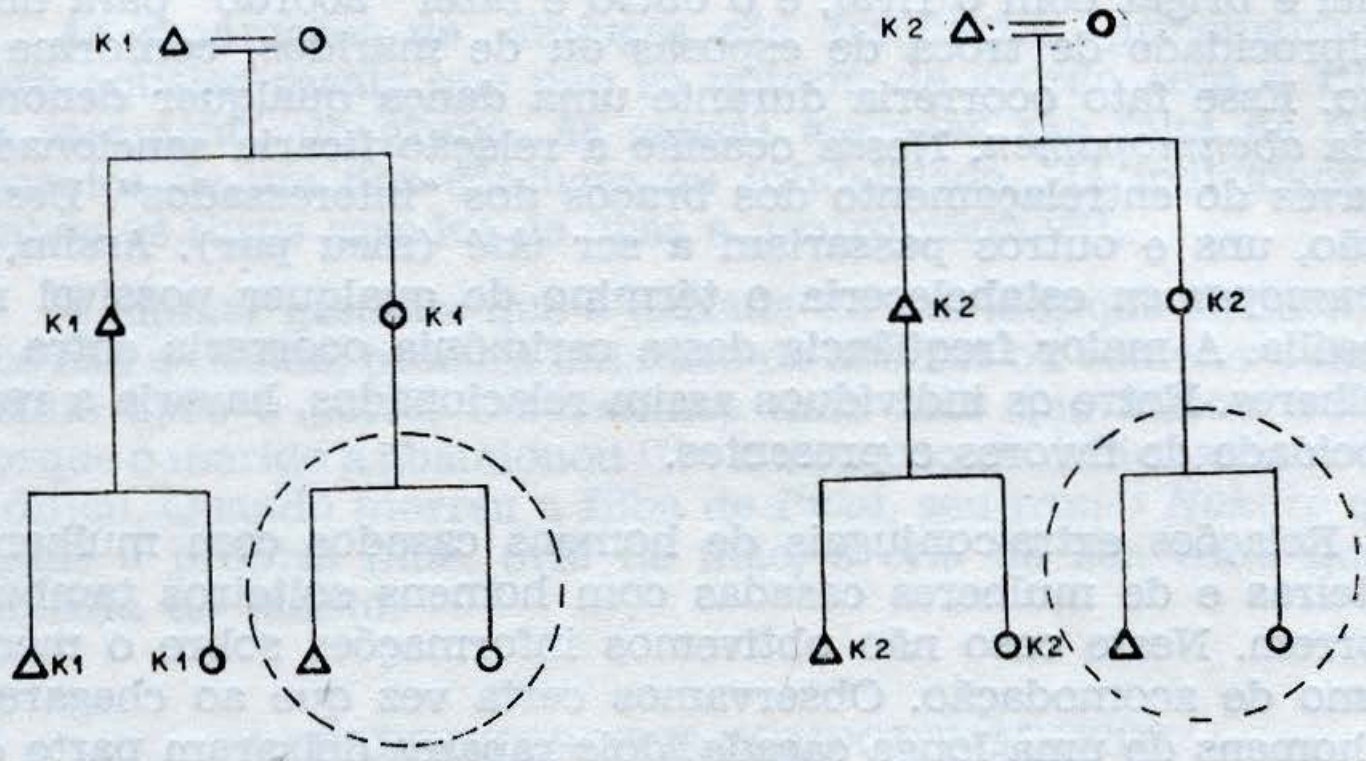


DIAGRAMA Nº I

RELAÇÃO DE COMPADRIO



K1 K2 : KRÓM (compadre)

ISENÇÃO DA RELACÃO DE COMPADRIO (KRÓM)

DIAGRAMA Nº2

ponto de vista ideal, um homem transmita ao filho de sua irmã, juntamente com seu nome, o direito à chefia.

IV. RELACIONAMENTO SEXUAL

Os *Kayapó-Gorotíre*, homens e mulheres, casados, sempre têm um parceiro sexual [18]. Quando um dos cônjuges sabe que seu companheiro está tendo encontros clandestinos com outrem, poderá ter dois tipos de reação. Um deles será deixar o cônjuge infiel e brigar com o rival, e o outro é fazer "acordo" para uma reciprocidade de troca de esposas ou de maridos, conforme o caso. Esse fato ocorreria durante uma dança qualquer denominada *abenmopamen*. Nessa ocasião a relação ficaria sancionada, através do entrelaçamento dos braços dos "interessados". Desde então, uns e outros passariam a ser *ikiê* (meu par). Assim, o *abenmopamen* estabeleceria o término de qualquer possível represália. A maior freqüência dessa cerimônia ocorreria entre as mulheres. Entre os indivíduos assim relacionados, haveria a reciprocidade de favores e presentes.

Relações extra-conjugais de homens casados com mulheres solteiras e de mulheres casadas com homens solteiros também ocorrem. Neste caso não obtivemos informações sobre o mecanismo de acomodação. Observamos certa vez que ao chegarem os homens de uma longa caçada, dois rapazes deixaram parte de sua caça à disposição das mulheres (casadas), com quem mantinham relações íntimas. Uma delas, algum tempo depois, separou-se de seu marido; este contraiu núpcias, cerimonialmente, com uma jovem impúbere, enquanto ela uniu-se ao seu parceiro sexual. Aliás, tivemos conhecimento que o *ikiê* solteiro ajudou seu *ikiê* casado a brocar roça.

O fato considerado normal é um homem ter uma *krô ó pron* (parceira sexual) e uma mulher um *krô ó mien* (parceiro sexual). Porém, há casos em que um homem ou uma mulher possuem vários. Em geral, as pessoas indagadas mantiveram-se discretas sem revelar seu próprio parceiro. Contudo, alguns homens fizeram indicações. O homem nunca revela o parceiro sexual de sua consorte e, via de regra, diz desconhecer a questão ou afirma

---

(18) Nosso principal informante deste tópico foi o "capitão" *Tútu*.

que sua esposa não possui *krô ó mien* [19]. As mulheres, porém, não escondem a relação extra-conjugal de seus maridos.

Em tempos passados só teria havido *ikiê* de mulher com mulher, isto é, de esposas com mulheres sem marido (*men kuprú*). A relação de *ikiê* entre homens teria sido uma inovação trazida pelos *Xikrin*. No que se refere às relações sexuais do homem com a mulher do "compadre", nosso principal informante comentou que "quase todos tem". Para confirmar sua assertiva, disse que um homem chama *ipron* (minha esposa) para a mulher de seu *kró* (compadre) e ela o chama *imien* (meu marido).

As separações de cônjuges são freqüentes, principalmente para aqueles casais que não se uniram de acordo com o ritual de casamento do grupo. As causas alegadas são falta de filho, preguiça de um dos cônjuges ou infidelidade. Há indivíduos de ambos os sexos casados de duas a quatro vezes [20].

A mulher gestante que é deixada do marido, que enviúva, ou que não é casada, procura um meio de abortar ou cometer o infanticídio após o parto. Conhecemos uma mãe que matou o filho porque o marido a abandonou [21]. A situação do órfão (*men uatin*) é difícil. Quando morreu a filha de *Puká*, seu irmão *Nokore* quis matar a própria filha, órfã de mãe, e cria da sua irmã que o impediu de fazê-lo.

V. PARENTESCO E COMPORTAMENTO

A terminologia de parentesco *Kayapó* (ver apêndice) é muito abrangente. Além dos parentes cognatos e dos afins (ver diagramas ns. 3 e 4), há aqueles que poder-se-ia chamar "parentes ri-

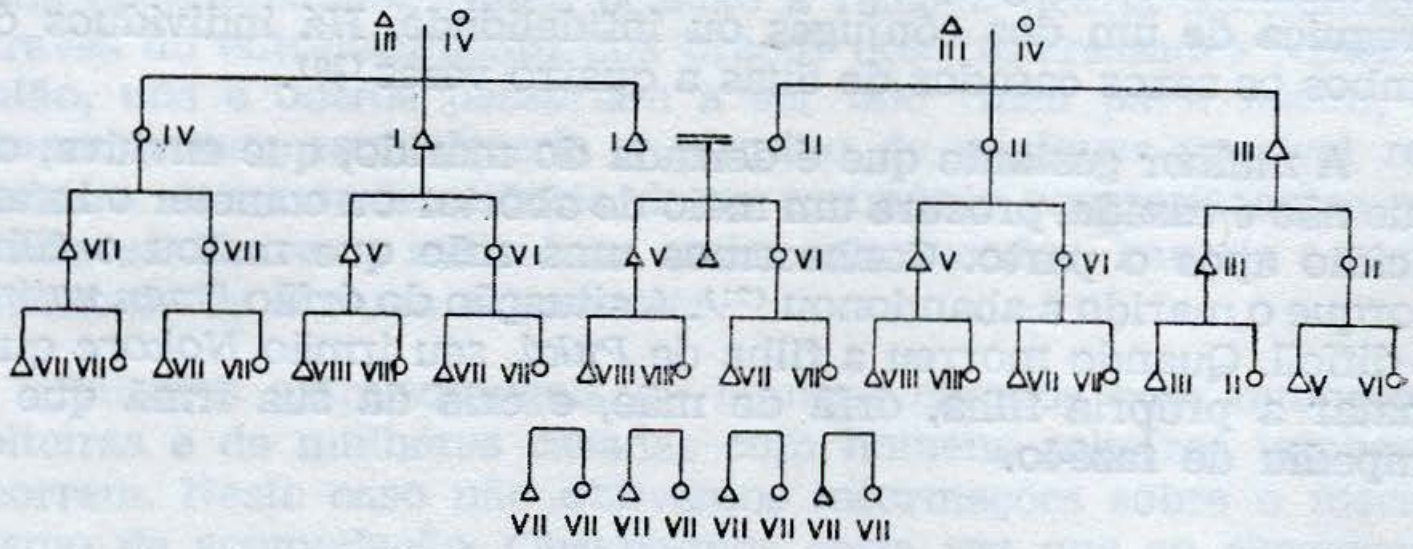
---

(19) Note-se que o filho adulterino é socialmente reconhecido como sendo do homem casado com a mãe da criança, embora não falte quem aponte o pai biológico. Num caso de nominação, uma menina apontada como filha consanguínea do *ikiê* recebeu nomes da irmã do pai de seu pai social, marido de sua mãe.

(20) Estas uniões posteriores não seguem o ritual e são consideradas na categoria de casamento *kaigó* ou "juntado", na tradução para o português.

(21) Quando de nossa estada entre os *Kubén-Kran-Kegn*, em 1962, uma *men kuprú* (mulher sem marido) ia cometendo o infanticídio, mas não consumou o ato porque foi obstada pelas mulheres presentes. A sogra de um filho classificatório da parturiente, passou a cuidar da criança enquanto que a quase infanticídia transferiu-se, pouco tempo depois, para o P.I. Gorotíre.

PARENTESCO KAYAPO (consanguíneo)

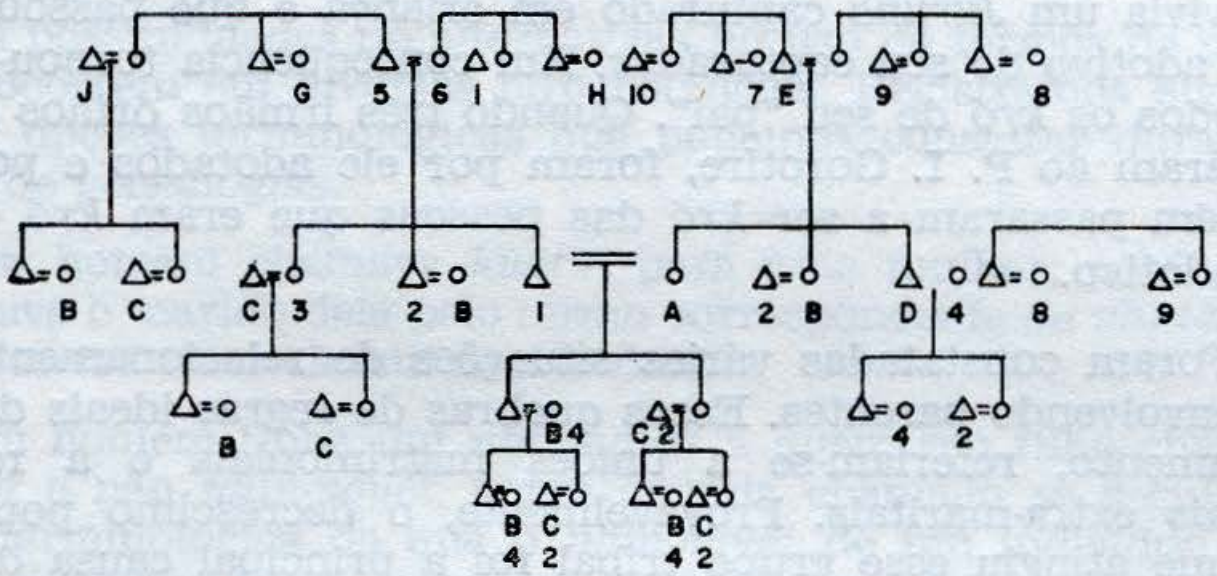


(I) BAM ; (II) NÃ ; (III) NHIN_NGUÊT; (IV) KUATUÍ;

(V) KAMÚ; (VI) KANIKÔI; (VII) TÓMDJUO; (VIII) KRÁ.

DIAGRAMA Nº 3

PARENTESCO KAYAPÓ (afim)



(A) PRON ; (B) POPÃI ; (C) KROT_KÓ ; (D) MÔI ; (E) MOI_NGUÊT ; (F) POPÃI_NGUÊT.
(1) MIEN ; (2) BIANHÕ ; (3) PAMRÉ ; (4) DIÔI ; (5) PAMRÉ_NIÊT ; (6) PAMRÉ_NGUÊT.

TERMINALOGIA DE PARENTESCO POR AFINIDADE DO PONTO DE VISTA DO HOMEM (LETRA) E DA MULHER (NÚMERO)

DIAGRAMA Nº 4

tuais", englobando-se nesta categoria as relações de *kró* (compadre) e as pertinentes à iniciação. Assim, neste último caso, se um homem leva à Casa dos Homens (*ngòb*) um menino da classe de idade *men-ôkre*, para fins de iniciação, este torna-se seu "filho". No que concerne à relação de *kró*, também se constitui numa técnica de incorporação de novos indivíduos no grupo de parentesco. Embora o "compadrio" *Kayapó* seja próprio de seu sistema social, possui mecanismos que possibilitam incluir outras pessoas estranhas a ele, gerando solidariedade recíproca. Se um indivíduo, pertencente ou não ao grupo tribal, é filho adotivo de um *Kayapó*, ele passa a ser "compadre" dos "compadres" de seu pai por adoção, tal como se fosse filho real ou classificatório. Entre os *Gorotíre* vivia um *Juruna* capturado em criança e que passou a ser filho adotivo de seu capturador. Em conseqüência tornou-se *kró* de todos os *kró* de seu "pai". Quando três irmãos órfãos *Xikrin* chegaram ao P. I. Gorotíre, foram por ele adotados e por isso também passaram a ser *kró* das pessoas que eram *kró* de seu pai adotivo.

Foram constatadas várias situações de relacionamento íntimo envolvendo parentes. Essas quebras de regras ideais de comportamento, referiam-se a uniões matrimoniais e a relações sexuais extra-maritais. Provavelmente, o decréscimo populacional que atingiu esse grupo tribal foi a principal causa da existência dessas transgressões aos padrões tradicionais [22]. Na época da pesquisa de campo havia dois casos em que o homem e sua mulher eram irmãos classificatórios. A esposa de um outro era sua mãe classificatória. Em nenhuma dessas uniões houve casamento formal. Também tivemos conhecimento que um indivíduo tivera relações sexuais com a irmã classificatória de sua mulher, com uma filha classificatória e com a mãe classificatória de sua mulher [23].

---

(22) O aumento populacional propiciado pela imigração de indivíduos de outros grupos *Kayapó*, possibilitou novos arranjos matrimoniais e extra-conjugais. Em abril de 1962 dos 55 casais existentes, 17 eram resultantes de casamentos intragrupais (Gorotíre = 9; Kubén-Kran-Kegn = 5; Xikrin = 3) e 38 intergrupais (Gorotíre e Kubén-Kran-Kegn = 20; Gorotíre e Xikrin = 5; Gorotíre e Kubén-Kragnotíre = 4; Kubén-Kran-Kegn e Xikrin = 5; Kubén-Kran-Kegn e Kubén-Kragnotíre = 2; Xikrin e Kubén-Kragnotíre = 2).

(23) O informante revelou que esta última era viúva do "compadre", daí ser permitida a ligação amorosa com ela.

O relacionamento de amizade, cooperação e afeto de um homem com sua mãe uterina e com suas mães classificatórias, com suas irmãs reais e classificatórias, é bastante acentuado. Observamos três casos, em abril de 1962, de jovens que dormiam nas casas de suas noivas e quando foram atacados de sarampo dois voltaram para a residência de suas irmãs e o outro para a de sua mãe. Um outro rapaz quando abandonou sua esposa imediatamente regressou para a companhia de sua irmã classificatória, onde morava anteriormente.

VI. PARENTESCO E ALTERNATIVAS TERMINOLÓGICAS

As possibilidades de alternativas no uso de termos de parentesco ocorrem em diversas circunstâncias. Registramos algumas dessas opções terminológicas que pudemos constatar durante a coleta de genealogias.

Um homem chamava *kuatúi* para uma mulher, porém não designava o marido dela pelo termo correspondente de *nhin-nguêt*, pois este era filho classificatório dele.

Um homem tinha um *nhin-nguêt* a quem seu filho chamava *diun-uá* e não *nhin-nguêt*, como deveria chamá-lo se seguisse a regra terminológica de que o *nhin-nguêt* de um indivíduo também o é de seu filho. Acontece, porém, que o *nhin-nguêt* do pai do menino era casado com a mãe classificatória deste, daí o tratamento de *diun-uá*.

Um indivíduo chamava *niri-uá* para a filha de seu *nhin-nguêt* e ela o tratava como *krá* (filho). Acontece que o marido dela era *nhin-nguêt* dele (irmão de sua mãe), daí porque ele não o chamava *diun-uá* (pai) como uma pessoa deve chamar ao esposo da mãe, real ou classificatória. Esse indivíduo, porém, designava os filhos do casal pelos termos *ka-mu* (irmão) e *ka-nikôi* (irmã) e não pelos termos *nhin-nguêt* e *niri-uá*, termos referentes ao filho e à filha de um *nhin-nguêt*.

Um indivíduo chamava *tabdiôa (sobrinho(a))*, para os filhos de um seu *nhin-nguêt*, porque este era casado com a *ka-nikôi* (irmã) classificatória daquele.

Um homem chamava a filha de seu *nhin-nguêt* classificatório de *kra-nu* (neta), porque a mulher desse seu *nhin-nguêt* era filha classificatória da esposa dele. Por outro lado, ele chamava *nhin-nguêt* para o filho adotivo de seu *nhin-nguêt*.

Um menino chamava *nhin-nguêt* para o *nhin-nguêt* de seu pai, mas designava *ka-nikôi* e não *kuatúi* a mulher dele, pois ela era filha de sua mãe classificatória. À filha do casal o menino chamava *tabdiôa* e não *niri-uá*.

Um indivíduo mantinha relações sexuais com a viúva do irmão de sua mãe; os filhos dela chamavam-no *diun-uá* (pai) e eram por ele chamados *krá* (filho(a)). De acordo com o padrão terminológico, esse homem deveria ser chamado pelo termo *tabdiôa* pelo menino e *krá* pela menina, sendo essas crianças designadas respectivamente pelos termos *nhin-nguêt* e *niri-uá*.

A filha do irmão classificatório de um homem casou com o *kró* deste, que passou então a chamá-la *ipron* (minha esposa), como jocosamente um homem chama a esposa de seu "compadre".

Um homem chamava *kró* para o irmão classificatório de sua mulher, pois seu padrasto era *kró* do pai deste. Contudo, deveria chamá-lo *ka-mu* (irmão), pois seu pai era primo paralelo matrilateral do pai de seu atual *kró*. Neste caso, tudo indica que a alternativa terminológica era uma técnica de camuflar o casamento incluído na categoria de incestuoso.

Um indivíduo casou com a filha de seu *nhin-nguêt* que, de acordo com a terminologia de parentesco *Kayapó* é sua *niri-uá* (mãe classificatória), passando a chamá-la, obviamente, *i-pron* (minha esposa).

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, no correr das páginas precedentes, um panorama da situação dos *Kayapó* do Posto Indígena Gorotíre, no início da década de 1960. Procuramos relacionar os fatos coletados no que diz respeito às relações interindividuais, sejam aqueles próprios da sua dinâmica cultural, sejam aqueles relativos à situação objetiva em que o grupo se viu obrigado a enfrentar. Os *Djudjê-tuk-tí* sofreram uma redução populacional drástica, após o seu fracionamento da aldeia matriz além, naturalmente, das vicissitudes advindas através do contato interétnico. Levados para os campos de Novo Horizonte, passaram a revitalizar-se populacionalmente, havendo uma tendência em aumentar sua população. Este aumento estava ocorrendo não só pelo crescimento vegetativo mas, também, pela constante imigração de indivíduos de outros grupos locais, notadamente os *Kubén-Kran-*

Kegn. O reavivamento das instituições tribais foi grandemente beneficiado pelo reequilíbrio demográfico alcançado pela aglutinação intertribal crescente.

Restrições apresentadas pelo seu sistema social foram minimizadas, contrariando as normas tribais, daí surgindo mecanismos compensatórios, tais como maior flexibilidade no comportamento entre os sexos. Diversas uniões conjugais e extra-conjugais entraram em conflito com os padrões culturais do grupo. Devido haver uma população masculina mais acentuada, surgiram alternativas definidoras de relacionamento sexual para suprir a falta de mulheres. Na época da pesquisa, porém, essas ambivalências tendiam a ser removidas, em decorrência da chegada de elementos de outros grupos locais *Kayapó* que proporcionavam novos arranjos matrimoniais.

No que tange especificamente ao parentesco e alternativas terminológicas, a proximidade consangüínea parece ter primazia. Contudo, a relação real ou classificatória pode ser evidenciada ou camuflada, conforme as circunstâncias concretas imediatas.

VIII. APÊNDICE [24]

kuatúi (*tui-uá*) —	mãe do pai
	mãe da mãe
	irmã do pai
	esposa do irmão da mãe
	esposa do filho do irmão da mãe
nhin-nguêt (*nhêt-tuá*) —	pai do pai
	pai da mãe
	irmão da mãe
	filho do irmão da mãe
	marido da irmã do pai

(24) O possessivo é formado pelo prefixo *i*, assim temos: *i-bam, i-nam,* i-krá, etc. Os termos vocativos grafamos em parênteses, após os termos elementares. As siglas (m.f.) e (h.f.) significam mulher falando e homem falando, respectivamente. O sufixo re é empregado como diminutivo, assim: *i-ka-mù-re, i-moi-re,* etc. Os termos *kute-uá* e *kute-pu-re* seguem os termos *ka-mù* e *krà,* para dar-lhes o sentido de primogênito e caçula, respectivamente. Quando se faz necessária a distinção de sexos, como no termo *krá,* são empregados os sufixos *mù* e *ní,* significando os sexos masculino e feminino, respectivamente. A letra n que segue uma vogal indica nasalização.

nan (niri-uá) — mãe
irmã da mãe
filha do irmão do pai
madrasta

bam (djùn-uá) — pai
irmão do pai
marido da irmã da mãe
marido da filha do irmão da mãe
padrasto

ka-nikôi — irmã
meia irmã
filha do irmão do pai
filha da irmã da mãe
filha da filha do irmão da mãe

ka-mù — irmão
meio irmão
filho do irmão do pai
filho da irmã da mãe
filho da filha do irmão da mãe

tòmdjúa — filho e filha da irmã do pai (h. f.)
filho e filha da irmã (h. f.)
filho e filha do irmão (m. f.)
filho e filha do filho
filho e filha da filha
filho e filha do irmão da esposa
filho e filha da irmã do marido

krá — filho e filha
filho e filha do irmão (h. f.)
filho e filha do primo paralelo patri e matrilateral (h. f.)
filho e filha da irmã (m. f.)
filho e filha da prima paralela patri e matrilateral (m. f.)
filho e filha da irmã do pai (m. f.)
filho e filha da irmã da esposa
filho e filha do irmão do marido
enteado e enteada

kra-nù — termo correspondente a tòmdjúa (h. f.)

pron — esposa

mien — marido

popain (*diùpain*) — esposa do irmão (h. f.)
esposa do filho (h. f.)
esposa do primo paralelo matri ou patrilateral (h. f.)
irmã da esposa
esposa do filho do filho (h. f.)
esposa do filho da irmã do pai (h. f.)
esposa do filho da irmã (h. f.)
esposa do filho da filha (h. f.)

popain-nguêt — mãe da esposa

moi — irmão da esposa

moi-nguêt — pai da esposa

krot-kó (*diùdiùa*) — marido da irmã (h. f.)
marido da prima paralela matri ou patrilateral (h. f.)
marido da filha
marido da filha da irmã do pai (h. f.)
marido da filha do filho (h. f.)
marido da filha da filha (h. f.)
marido da filha da irmã (h. f.)
marido da filha do irmão (h. f.)

pomrè — irmã do marido

pomrè-nguêt — mãe do marido

pomrè-niêt — pai do marido

diôi — esposa do filho (m. f.)
esposa do irmão (m. f.)
esposa do primo paralelo matri ou patrilateral (m. f.)
esposa do filho do filho (m. f.)
esposa do filho da filha (m. f.)
esposa do filho do irmão (m. f.)

bianhon — marido da irmã (m. f.)
irmão do marido
marido da filha (m. f.)
marido da prima paralela (m. f.)
marido da filha da irmã do pai (m. f.)
marido da filha da filha (m. f.)
marido da filha do filho (m. f.)
marido da filha do irmão (m. f.)
marido da filha da irmã (m. f.)

BIBLIOGRAFIA

BANNER, Horace — "Os Índios Kayapó em seu Acampamento", *Boletim do Museu Paraense "Emílio Goeldi"*, Nova Série, Antropologia, nº 13, Belém, 51 p., 1961.

DINIZ, Edson Soares — "Os Kayapó-Gorotíre: Aspectos Sócio--Culturais do Momento Atual", *Boletim do Museu Paraense "Emílio Goeldi"*, Nova Série, Antropologia, nº 18, Belém, 40 p., 4 graf., 2 tab., 10 est., 1 mapa, 1962.

— "Convívio Interétnico e Aglutinação Intergrupal: Uma Visão da Comunidade do Posto Indígena Gorotíre", *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. XIV, São Paulo, pp. 213-220, 1963.

DINIZ, Edson Soares & DINIZ, Glébia N. — "Alguns Motivos Corporal e Facial Infantil entre os Kayapó-Kubẽnkrãkégn", *Revista de Estudos Brasileiros*, vol. XIV, São Paulo, 1973.

DREYFUS, Simone — *"Les Kayapó du Nord; État du Pará — Brésil: Contribution à l'étude des Indiens Gê"*, Paris, Mouton, 213 p., 12 fig., 2 tab., 27 est., 2 mapas, 2 apêndices, 1963.

GALVÃO, Eduardo — "Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959", *Boletim do Museu Paraense "Emílio Goeldi"*, Nova Série, Antropologia, nº 8, Belém; 41 p., 1 mapa, 1960.

MÉTRAUX et DREYFUS-ROCHE, Simone — "La Naissance et la Première Enfance chez les Indiens Cayapó du Xingu", *In Miscellanea Paul Rivet*, México, pp. 363-378, 1958.

MOREIRA NETO, C. A. — "Relatório sobre a Situação Atual dos Kayapó", *Revista de Antropologia*, vol. 7, ns. 1 e 2, São Paulo, pp. 49-64, 1959.

MURDOCK, George P. — *"Social Structure"*, The McMillan Co., New York, 1949.

NIMUENDAJÚ, Curt — "Os Gorotíre", *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. VI, São Paulo, pp. 427-453, 1952.

RIBEIRO, Darcy — "Convívio e Contaminação: Efeitos Dissociativos da Despopulação provocada por Epidemias em Grupos Indígenas", *Sociologia*, vol. 18, nº 1, São Paulo, pp. 3-50, 1956.

— "Línguas e Culturas Indígenas do Brasil", *Separata da Revista Educação e Ciências Sociais*, nº 6, CBPE, Rio de Janeiro, 1957.

STEWARD, Julian (ed.) — "Handbook of South American Indians", vol. I, *Bureau of American Ethnology*, Bull. 143, Washington, 1946.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org